

CÓDIGO 518	PROVA V	ATENÇÃO: VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
TARDE		



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SÃO GONÇALO**

ASSISTENTE SOCIAL

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“Tenha coragem de fazer uma revolução em sua vida e vá atrás do que dita a sua alma.”

Roberto Shinyashiki

A T E N Ç Ã O :

1. O **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções A, B, C, D e E.
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões** e no **Cartão de Respostas**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.concursos.uff.br, conforme estabelecido no Cronograma.

BOA PROVA!

Realização:



Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

OLÁ! TIA NASTÁCIA
Dia 20 de novembro: Dia Nacional da
Consciência Negra.

1 Consciência é uma qualidade psíquica, um atributo do espírito. Grosso modo, poderíamos dizer que a consciência é a capacidade que cada um tem de perceber a relação entre si próprio e o ambiente em que vive. Ser consciente, portanto, não é propriamente perceber-se no mundo e, sim, 'ser no mundo'. O Dia Nacional da Consciência Negra foi sugerido pelo Movimento Negro em contraposição ao 13 de maio e foi instituído pelo Projeto-Lei de número 10.639, no dia 9 de janeiro de 2003, que também incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

2 O 20 de novembro foi indicado porque foi neste dia, no ano de 1695, que morreu Zumbi. Descendente de guerreiros angolanos, Zumbi foi o grande líder do Quilombo dos Palmares. Seu nome significa o guerreiro, a força do espírito presente. A troca da data da festividade foi significativa, pois Zumbi e Palmares são os verdadeiros símbolos da luta dos negros pela sua liberdade. Sabemos que os negros contribuíram muito para a nossa história em todos os aspectos: políticos, sociais, econômicos, religiosos, literários, musicais, gastronômicos e tantos outros. É, portanto, não só necessária como imperiosa a valorização da cultura afro-brasileira em nossas escolas, para que o olhar sobre a nossa história não seja mirado através de lentes desfocadas.

3 É certo que a memória deste herói nacional envolve todos nós no sentido de se continuar lutando pela edificação de uma sociedade na qual todos tenham igualdade real de direitos e de oportunidades. E igualdade, com certeza, só conseguiremos, em sua plenitude, através da Educação, vertente única em que se podem buscar novos horizontes de socialização de bens e de cidadania. Sei que não estou dizendo nenhuma novidade, mas parece que o óbvio, exatamente por ser óbvio, fica à mercê de se situar num plano secundário. De tanto que se ouve, não se ouve mais. Fica banal. Mas, mesmo assim, vou repetir: a única saída para transformar a realidade de pobreza e corrupção do homem é a Educação.

4 A Educação é a âncora que pode fincar a consciência humana num terreno fértil para se plantar e colher a modificação da realidade social e econômica do mundo. A Educação torna o homem conhecedor da existência das diversas culturas, das diversas formas de pensar, enfim, da

diversidade do humano, e este homem, assim preparado, passa, conscientemente, a respeitar a igualdade na diferença e a diferença na igualdade.

5 O que não podemos é perder o equilíbrio e a medida das coisas, transformando realidades complexas e plurais em um pensamento simplista e unilateral. Refiro-me, aqui, à polêmica criada sobre a obra do escritor Monteiro Lobato. Monteiro Lobato foi um grande homem, um grande brasileiro e um dos maiores escritores – em todo o mundo – de histórias para crianças. O que não podemos deixar de ver é o contexto histórico-social em que sua obra foi escrita, assim como não podemos ignorar a necessidade dos quilombos e não podemos deixar de exaltar a luta armada de Zumbi, àquela época, contra o branco escravagista. Naquele Brasil colônia era assim que tinha de ser.

6 A memória que tenho da minha infância – e que guardo até hoje – de negros e negras está embalada pelo carinho, pela ternura e pela retidão de Tia Nastácia, amiga de Dona Benta e tratada tão respeitosa por aquelas crianças e adultos que viviam num sítio – Picapau Amarelo – verdadeiro 'Paraíso Perdido'. Ainda ouço sua voz um pouco rouca, mas cheia de tons e matizes, de altos e baixos, de brados e sussurros, contando e cantando histórias do folclore brasileiro no livro de Monteiro Lobato, "Histórias de Tia Nastácia".

7 Que bom, Tia Nastácia, que você existe até hoje e sempre dentro de mim! Tomara que você possa existir, também, hoje e sempre dentro do coração das crianças de todo o Brasil!

(OLIVEIRA, Marlene Salgado de. Jornal de São Gonçalo, 20/11/2010.)

1. Com segura erudição, a ilustre educadora goçanense, Professora Marlene Salgado de Oliveira, nos brinda com um texto repleto de informações e de notáveis conceitos de cidadania, de educação e de cultura literária brasileira. De acordo com a autora, é preciso que se cultivem e se preservem os valores abaixo, EXCETO:

- A) a consciência, como capacidade que cada um tem de perceber a relação entre si próprio e o ambiente em que vive, conseguindo não propriamente perceber-se no mundo, mas sim 'ser no mundo'.
- B) a valorização da cultura afro-brasileira nas escolas, para que o olhar sobre a nossa história não seja mirado através de lentes desfocadas.
- C) a luta pela edificação de uma sociedade na qual todos tenham igualdade real de direitos e de oportunidades.
- D) a educação como âncora que pode fincar a consciência humana num terreno fértil para se plantar e colher a modificação da realidade social e econômica do mundo.
- E) a manutenção do equilíbrio e da medida das coisas, transformando realidades complexas e plurais em um pensamento simplista e unilateral.

2. A figura de Tia Nastácia, personagem do insigne escritor brasileiro Monteiro Lobato, surge no texto como uma lembrança extremamente positiva para a autora, em razão, principalmente:

- A) da recente polêmica criada em torno da obra de Monteiro Lobato, um dos maiores contadores de histórias para crianças em todo o mundo.
- B) de a infância da autora ter sido embalada pelo carinho, ternura e retidão da negra Tia Nastácia.
- C) do tratamento respeitoso que as crianças e adultos do Sítio do Picapau Amarelo dispensavam a Tia Nastácia.
- D) do fato de Tia Nastácia ter sido uma estudiosa do folclore brasileiro, notabilizando-se por cantar as histórias com voz rouca, mas cheia de tons e matizes, de altos e baixos, de brados e sussurros.
- E) de a imagem de Tia Nastácia ainda existir fortemente no coração da autora e das crianças de todo o Brasil.

3. A respeito da educação, a autora manifesta os pensamentos abaixo, COM EXCEÇÃO do que está expresso em:

- A) única saída para transformar a realidade caracterizada pela pobreza e corrupção dos homens, transformando-os em cidadãos ricos e honestos.
- B) ação que torna o homem conhecedor da existência das diversas culturas, das diversas formas de pensar, enfim, da diversidade do humano.
- C) processo por meio do qual se poderá obter a igualdade real de direitos e de oportunidades em sua plenitude.
- D) vertente única em que se podem buscar novos horizontes de socialização de bens e de cidadania.
- E) formação que prepara o homem para, conscientemente, respeitar a igualdade na diferença e a diferença na igualdade.

4. A locução adverbial em caixa alta no trecho "GROSSO MODO, poderíamos dizer" (1º parágrafo) significa:

- A) meticulosamente.
- B) de modo detalhado.
- C) realisticamente.
- D) de modo genérico.
- E) finalmente.

5. Das alterações feitas abaixo na redação do fragmento "É, portanto, não só necessária como imperiosa a valorização da cultura afro-brasileira em nossas escolas" (2º parágrafo), aquela em que se modificou o sentido original do texto é:

- A) É, por conseguinte, necessária e imperiosa a valorização da cultura afro-brasileira em nossas escolas.
- B) É, por isso, necessária, além de imperiosa, a valorização da cultura afro-brasileira em nossas escolas.
- C) É, pois, não só necessária, mas também imperiosa, a valorização da cultura afro-brasileira em nossas escolas.
- D) Porquanto, é necessária bem como imperiosa a valorização da cultura afro-brasileira em nossas escolas.
- E) Logo, é necessária tanto quanto imperiosa a valorização da cultura afro-brasileira em nossas escolas.

6. No trecho “mas parece que o óbvio, exatamente por ser óbvio, fica à mercê de se situar num plano secundário” (3º parágrafo), a locução “à mercê de” aparece corretamente grafada com o acento indicativo da crase. Das frases abaixo, aquela em que não ocorre crase na locução, não se justificando, por isso, o emprego do acento indicativo da crase, é:

- A) À proporção que lia as obras de Monteiro Lobato, mas se encantava com seus personagens.
- B) As sociedades em que a educação é tratada como prioridade estão quilômetros à frente das outras.
- C) Na época de Zumbi, os combatentes ficavam cara à cara com os inimigos.
- D) As obras de construção do monumento a Zumbi foram feitas à custa do Movimento Negro.
- E) Estar à distância de um contexto histórico-social não justifica análises incorretas de pessoas e fatos.

7. O período “De tanto que se ouve, não se ouve mais” (3º parágrafo) encerra um pensamento enfático, obtido com base num raciocínio contraditório, e está estruturado em duas orações entre as quais se pode depreender a seguinte relação de sentido:

- A) concessão e restrição.
- B) causa e consequência.
- C) meio e finalidade.
- D) hipótese e condição.
- E) base analógica e comparação.

8. Abaixo foram transcritas frases do texto, ora na voz ativa, ora na voz passiva. Ao lado de cada uma foi feita a transposição de voz: se na ativa, para a passiva; se na passiva, para a ativa. A opção em que as duas frases estão na mesma voz é:

- A) “O Dia Nacional da Consciência Negra foi sugerido pelo Movimento Negro em contraposição ao 13 de maio” (1º parágrafo) / O Movimento Negro sugeriu o Dia Nacional da Consciência Negra em contraposição ao 13 de maio.
- B) “e foi instituído pelo Projeto-Lei de número 10.639, no dia 9 de janeiro de 2003” (1º parágrafo) / e o Projeto-Lei de número 10.639 o instituiu, no dia 9 de janeiro de 2003.
- C) “O 20 de novembro foi indicado porque foi neste dia, no ano de 1695, que morreu Zumbi” (2º parágrafo) / Indicou-se o 20 de novembro porque foi neste dia, no ano de 1695, que morreu Zumbi.
- D) “É certo que a memória deste herói nacional envolve todos nós” (3º parágrafo) / É certo que todos nós somos envolvidos pela memória deste herói nacional.
- E) “Sei que não estou dizendo nenhuma novidade” (3º parágrafo) / Sei que nenhuma novidade está sendo dita por mim.

9. Nos trechos abaixo transcritos do texto estão em caixa alta termos que são responsáveis pela coesão textual e, ao lado, os vocábulos ou expressões a que eles se referem no texto. Está INCORRETA a indicação da referência em:

- A) “QUE também incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino” (1º parágrafo) / o Projeto-Lei de número 10.639.
- B) “SEU nome significa o guerreiro, a força do espírito presente” (2º parágrafo) / Zumbi.
- C) “E igualdade, com certeza, só conseguiremos, em SUA plenitude, através da Educação” (3º parágrafo) / sociedade.
- D) “O que não podemos deixar de ver é o contexto histórico-social em que SUA obra foi escrita” (5º parágrafo) / Monteiro Lobato.
- E) “Ainda ouço SUA voz um pouco rouca” (6º parágrafo) / Tia Nastácia.

10.No vocábulo em caixa alta no trecho “e não podemos deixar de EXALTAR a luta armada de Zumbi” (5º parágrafo), a letra X soa como /Z/, grafia que pode constituir uma dificuldade ortográfica. Dos pares abaixo, aquele com vocábulo INCORRETO, por NÃO se grafar com X, é:

- A) exímio / exitar.
- B) exarar / exequível.
- C) exorbitar / exílio.
- D) êxodo / exumar.
- E) inexorável / exorcismo.

POLÍTICAS DE SAÚDE

11. O direito a acompanhante:

- A) é legalmente assegurado ao idoso internado e ao que se encontra em observação.
- B) é legalmente assegurado ao idoso em observação, mas não ao que se acha internado.
- C) é questão controversa, havendo os que entendem que é legalmente devido ao idoso internado ou em observação, enquanto que, para outros, tal direito não é legalmente devido.
- D) pode ou não ser assegurado – tanto pela rede privada quanto pela rede pública de estabelecimentos hospitalares.
- E) é questão ainda de todo não resolvida no âmbito legal.

12. Um dos direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é a proteção à vida e à saúde. Este direito vem assegurado no diploma legal citado através da garantia da:

- A) oferecimento de vacinação nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, sem obrigatoriedade por parte dos pais ou responsáveis.
- B) assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal, com exceção daquelas que desejam entregar seus filhos à adoção.
- C) atendimento pré-natal e perinatal, de preferência por médicos diferentes.
- D) apoio alimentar à gestante e ao lactente, mas não à lactante.
- E) obrigação de o Poder Público, instituições e empregados de propiciarem condições adequadas para o aleitamento materno, inclusive em presídios.

13.Uma das mais importantes – senão a mais importante – das finalidades da Bioética é a de:

- A) desenvolver um consistente trabalho conceitual em qualquer das áreas da medicina.
- B) desenvolver sempre mais a criatividade do médico-cientista.
- C) impor limites (sempre em favor do ser humano) a toda e qualquer atividade relacionada à pesquisa, à prática e à extensão médico-científicas.
- D) promover a confraternização entre médicos e cientistas.
- E) ultrapassar limites (sempre em favor do laboratório para o qual trabalha) que se oponham ao trabalho científico que o médico-cientista realiza.

14.A articulação entre os diversos gestores do Sistema Único de Saúde se dá através de duas Comissões – a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e a Comissão Intergestores Bipartite (CIB). De acordo com a NOB-SUS 96, a Comissão Intergestores Bipartite é formada por:

- A) representação da Secretaria Estadual de Saúde (SES) e do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) ou órgão equivalente, sendo que um dos representantes dos Municípios é o Secretário de Saúde da Capital.
- B) representação da Secretaria Estadual de Saúde (SES) e do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) ou órgão equivalente, sendo que um dos representantes dos Municípios é o Secretário de Saúde do município mais bem colocado no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.
- C) por representação do Ministério da Saúde (MS) e do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS).
- D) por representação do Ministério da Saúde (MS) e do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS).
- E) por representação do Ministério da Saúde (MS) e da Secretaria Estadual de Saúde.

15. Embora as atribuições administrativas no que concerne à saúde sejam comuns aos entes da Federação, a Lei nº 8.080/90 estabelece competências diversas para cada ente integrante do Sistema Único de Saúde. A alternativa que lista tão somente atribuições das direções municipais do SUS é:

- A) coordenar serviços de saúde do trabalhador; identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional.
- B) formar consórcios administrativos intermunicipais; gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.
- C) executar serviços de vigilância sanitária; acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS).
- D) formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição; estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e uso humano.
- E) controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde; elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços privados contratados de assistência à saúde.

16. Vigilância sanitária; vigilância epidemiológica:

- A) ambas não estão incluídas no Sistema Único de Saúde.
- B) ambas estão incluídas no Sistema Único de Saúde.
- C) aquela está incluída no Sistema Único de Saúde; esta, não.
- D) esta se encontra incluída no Sistema Único de Saúde; aquela, não.
- E) ambas estão parcialmente incluídas no Sistema Único de Saúde.

17. A NOAS-SUS 01/02 estabelece critérios para a habilitação e desabilitação de Municípios e Estados na gestão do Sistema Único de Saúde. De acordo com a norma em questão, é correto afirmar que:

- A) cabe à Comissão Intergestores Tripartite a desabilitação dos municípios, com homologação do Ministério da Saúde.
- B) cabe ao Ministério da Saúde a gestão do SUS nos municípios não habilitados.
- C) na categoria Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada, o município tem a prerrogativa de gerir o conjunto das unidades prestadoras de serviços ao SUS ambulatoriais especializadas e hospitalares, estatais e privadas, estabelecidas no território municipal.
- D) os Municípios podem se habilitar nas categorias Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada e Gestão Plena do Sistema Municipal, sendo esta mais ampla que aquela.
- E) os municípios habilitados em Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada estarão passíveis de desabilitação quando apresentarem situação irregular na alimentação dos Bancos de Dados Nacionais, estabelecidos como obrigatórios pelo Ministério da Saúde, por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados.

18. De acordo com a Lei nº 8.142/90, os recursos do Fundo Nacional de Saúde, alocados como cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, devem ter destinação mínima aos Municípios de:

- A) 55% (cinquenta e cinco por cento).
- B) 65% (sessenta e cinco por cento).
- C) 60% (sessenta por cento).
- D) 70% (setenta por cento).
- E) 50% (cinquenta por cento).

19. No tocante à política de alta complexidade/custo, a NOAS 01/02 define as atribuições de órgão integrante do Sistema Único de Saúde. O órgão responsável, segundo a NOAS, pelo estabelecimento de elenco de procedimentos de alta complexidade é:

- A) Secretarias Municipais de Saúde.
- B) Secretarias Estaduais de Saúde.
- C) Ministério da Saúde.
- D) Conselho Nacional da Saúde.
- E) Secretarias Estaduais de Saúde ou Ministério da Saúde.

20. O processo de regionalização adotado pelo Sistema Único de Saúde constitui-se em estratégia de:

- A) dispersão dos serviços de saúde e de busca de sua maior centralização.
- B) horizontalização dos serviços de saúde e de busca de sua maior eficiência.
- C) unificação dos serviços de saúde e de busca de maior participação da comunidade.
- D) centralização dos serviços de saúde e de busca de maior comprometimento por parte da comunidade.
- E) hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade.

**CONHECIMENTOS RELACIONADOS AO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

21. Os serviços públicos de interesse local do Município de São Gonçalo:

- A) não podem ser organizados diretamente, mas, sim, prestados sob o regime de concessão.
- B) não podem ser organizados e prestados diretamente, mas, sim, sob o regime de concessão ou permissão.
- C) podem ser organizados e prestados diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, aí incluído o serviço de transporte coletivo.
- D) não podem ser prestados diretamente, mas, sim, organizados e prestados sob regime de permissão.
- E) podem ser, parcialmente, prestados diretamente, ou inteiramente sob regime de concessão, mas não de permissão.

22. Acerca das disposições da Lei Orgânica de São Gonçalo sobre o Poder Legislativo, a afirmação inteiramente correta é:

- A) salvo similar disposição constitucional em contrário, as deliberações da Câmara Municipal de São Gonçalo e de suas Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- B) a Câmara Municipal, por seu Plenário ou qualquer de suas Comissões, poderá convocar o Prefeito para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.
- C) o Vereador que fixar residência fora do Município deve ser licenciado.
- D) a Câmara de Vereadores reunir-se-á, ordinariamente, no período de 15 de janeiro a 30 de junho e 1º de setembro a 15 de dezembro e nos dias e horas estabelecidos em seu Regimento Interno.
- E) a Câmara Municipal pode reunir-se extraordinariamente, por motivo relevante e urgente, mediante convocação a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.

23. Leis que disponham sobre matéria financeira; leis que tratem de concessão de auxílio ou subvenções:

- A) tanto estas quanto aquelas são da competência privativa da Câmara Municipal.
- B) estas leis são da competência privativa do Prefeito; aquelas, da competência privativa da Câmara Municipal.
- C) aquelas leis são da competência privativa do Prefeito; estas, da competência privativa da Câmara Municipal.
- D) tanto estas quanto aquelas leis são da competência privativa do Prefeito Municipal.
- E) estas leis são, parcialmente, da competência privativa do Prefeito; aquelas, facultativamente da competência da Câmara Municipal.

24. Em 1929, não só São Gonçalo, mas igualmente todas as sedes de Município, passaram, por lei, à categoria de:

- A) área urbana e rural.
- B) vila.
- C) distrito.
- D) área metropolitana.
- E) cidade.

25. Nos anos 90 do século XIX, São Gonçalo foi:

- A) em definitivo, alçado à condição de cidade.
- B) em definitivo, desmembrado de Niterói.
- C) em definitivo, incorporado a Niterói.
- D) sucessivamente, desmembrado de Niterói e a ele reincorporado.
- E) sucessivamente, incorporado a Niterói e deste município desmembrado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. A partir dos anos 90 – tendo como referência a conjuntura brasileira – a defesa da orientação neoliberal, iniciada pelo governo Collor de Mello, estará em sintonia com as mesmas tendências verificadas em importantes países “centrais”. Dentre estas tendências, podemos verificar:

- A) novas formas de gestão social em parceria com o poder público federal, estadual e municipal.
- B) reduções dos investimentos públicos na área do bem-estar social.
- C) diminuição da dívida externa e interna brasileira.
- D) implementação da política nacional de assistência social.
- E) diminuição da filantropia empresarial com o incremento do terceiro setor.

27. Segundo a análise de Yamamoto & Carvalho, ao analisar a história do serviço social no Brasil, o desenvolvimento capitalista, tendo por núcleo central da acumulação a economia cafeeira, traz, contraditoriamente, em seu interior, alguns elementos importantes. Dentre eles, destaca-se o(a):

- A) aprofundamento da industrialização, a urbanização acelerada, com a diferenciação social e a diversificação ocupacional.
- B) incremento das atividades filantrópicas, em particular, no campo da seguridade social.
- C) mobilização social no combate à pobreza nas fábricas e vilas operárias.
- D) surgimento das ações filantrópicas da Igreja Católica no enfrentamento das questões sociais.
- E) aparecimento do Centro Dom Vital como marco do surgimento do Serviço Social no Brasil.

28. Segundo a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social – Lei nº 8.662/93 – o profissional tem algumas competências no exercício profissional. Dentre estas competências, podemos destacar:

- A) implementar a Política Nacional de Assistência Social.
- B) diagnosticar os focos de pobreza e carência no âmbito estadual e municipal.
- C) planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.
- D) programar e encaminhar providências no campo da inclusão social.
- E) atuar como executor terminal das políticas sociais.

29. De acordo com a Lei nº 12.317, promulgada em agosto de 2010, fica estabelecido que a duração do trabalho do assistente social é de até:

- A) 40 horas mensais.
- B) 20 horas semanais.
- C) 16 horas semanais.
- D) 30 horas semanais.
- E) 24 horas mensais.

30. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, o Sistema Único de Saúde tem algumas atribuições. Dentre elas, podemos destacar:

- A) fiscalizar as atribuições da iniciativa privada na área da saúde.
- B) colaborar com os estados e municípios na implementação da Política Nacional de Saúde.
- C) contribuir para a democratização na gestão nacional da saúde.
- D) executar as ações de vigilância epidemiológica e fiscalizar os alimentos para o consumo industrial.
- E) ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde.

31. Ao pensarmos o serviço social nos marcos da “autocracia burguesa” (pós-64), algumas direções marcam o processo de renovação da profissão no Brasil. Dentre estas direções, podemos destacar o(a):

- A) marco tradicional na perspectiva de dotar a profissão de uma nova teoria social.
- B) forma de intervenção na realidade social, onde o profissional é um agente executor das políticas sociais.
- C) perspectiva que se propõe como intenção de ruptura com o serviço social tradicional.
- D) rompimento com o processo de humanização das realidades psíquicas, que acompanha a profissão desde o seu surgimento.
- E) ampliação do suporte intelectual dos profissionais que atuam na área da seguridade social.

32. A Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/93 – é regida por alguns princípios. Dentre eles, destaca-se:

- A) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- B) descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- C) primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.
- D) amparo às crianças e adolescentes carentes.
- E) promoção da integração ao mercado de trabalho.

33. Segundo a análise de Simões (2006), a seguridade tem por finalidade a garantia de certos patamares mínimos de vida da população, em face de reduções provocadas por contingências sociais e econômicas. Ela expressa a relevância que a Constituição atribui à saúde, previdência e assistência social, tendo como determinação o(a):

- A) forma de gestão política da seguridade social, atribuindo aos Estados o controle na execução dos programas sociais.
- B) concepção universal e, por isso, não mais reduzidos às relações de trabalho, em sua forma clássica.
- C) democratização das políticas sociais sob o controle do Estado, imprimindo nova gestão econômica no trato das carências universais.
- D) participação das entidades empresariais na gestão e execução das políticas sociais.
- E) pagamento de pensões e auxílios aos beneficiários do programa de prestação continuada.

34. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 –, o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido por meio de:

- A) eleição direta dos membros participantes dos Conselhos Municipais de Assistência.
- B) análise do exercício profissional dos candidatos inscritos nos Conselhos de Direitos.
- C) decretos estabelecidos pelo executivo estadual no que se refere ao funcionamento do Conselho Tutelar.
- D) lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- E) consulta ao Ministério Público sobre os procedimentos necessários à eleição dos membros dos Conselhos Tutelares.

35. O Código de Ética do Assistente Social em vigor é regido por alguns princípios fundamentais. Dentre estes princípios, podemos destacar a:

- A) primazia das necessidades sociais sobre os fundamentos econômicos da sociedade burguesa.
- B) articulação com os movimentos que buscam o aprimoramento na qualidade dos serviços sociais.
- C) ampliação e aplicação dos preceitos constitucionais no que se refere à seguridade social.
- D) implementação e consolidação dos direitos sociais nas áreas urbanas e rurais.
- E) opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero.

36. Segundo a análise de Bravo (2001), a Constituição Federal de 1988 introduziu avanços que buscaram corrigir as históricas injustiças sociais acumuladas secularmente. Com relação à descentralização do poder federal e da democratização das políticas públicas, alguns dispositivos foram criados com o objetivo de:

- A) programar as ações de assistência com regularidade e transparência.
- B) possibilitar às populações carentes formas de acesso aos serviços básicos de saúde e assistência social.
- C) fortalecer o controle social e a participação da sociedade civil nas decisões políticas.
- D) construir uma nova ordem societária sem a discriminação de classes sociais.
- E) democratizar, no âmbito da saúde, as decisões políticas implementadas nos Estados e Municípios.

37. Nos anos 90, vamos observar o redirecionamento do papel do Estado, já no contexto do avanço das teses neoliberais. Nessa conjuntura, a afirmação da hegemonia neoliberal se caracteriza:

- A) pela ampliação do controle da sociedade civil sobre os gastos públicos destinados à seguridade social.
- B) pela implementação dos conselhos estaduais e municipais de assistência social.
- C) pelo auxílio aos Estados e Municípios, por parte da União, no controle dos gastos públicos destinados à assistência social.
- D) pela redução dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego estrutural e precarização do trabalho.
- E) pela mudança do papel do Estado e das entidades da sociedade civil que, a partir desse momento, passam a trabalhar em parceria com entidades filantrópicas.

38. Segundo a análise de Santos (2005), o capitalismo contemporâneo caracteriza-se por grandes inovações tecnológicas, evidenciadas pela robótica, automação e a microeletrônica. A flexibilidade é uma característica desse novo paradigma tecnológico/organizacional e tem como objetivo o(a):

- A) rigidez na produção fabril com incremento das formas de contratação temporária.
- B) busca permanente para liberar processos produtivos, comerciais e financeiros de todas as formas de rigidez próprias do fordismo.
- C) controle do absentismo e, conseqüentemente, o aumento do lucro das empresas, implementando programas de qualificação profissional.
- D) diagnóstico das formas lucrativas no exercício da mão de obra com o incremento da terceirização da força de trabalho.
- E) automação e a conciliação entre capital x trabalho, diminuindo, dessa forma, o desemprego estrutural.

39. Numa prefeitura do interior, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social deseja implementar – tendo em vista o processo de descentralização das ações assistenciais iniciado nos anos 90 do século passado – o Conselho Municipal de Assistência Social. Nesse processo de implementação – e, seguindo as orientações do Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor – o profissional tem alguns deveres nas relações com os usuários. Dentre eles, podemos destacar:

- A) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.
- B) ter livre acesso à população usuária, aproveitando as instâncias institucionais para democratização no acesso aos serviços.
- C) ser solidário com outros profissionais, incentivando a prática multidisciplinar.
- D) repassar a seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho profissional.
- E) denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, nas quais as condições de trabalho não possibilitem a implementação dos Conselhos de Direitos.

40. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 –, o direito à liberdade compreende alguns aspectos. Dentre eles, podemos destacar:

- A) participar das decisões do Conselho Municipal de Assistência à Criança e do Adolescente.
- B) ter acesso ao ensino de qualidade nos Estados e Municípios.
- C) ter acesso ao Sistema Único de Saúde.
- D) observar os direitos e deveres destinados à criança e ao adolescente.
- E) brincar, praticar esportes e divertir-se.

41. A implementação do Sistema Único de Saúde, a partir dos anos 90 do século passado, redesenhou o modelo de prestação de serviços de saúde até então vigente no Brasil. Podemos definir como uma característica marcante deste período o(a):

- A) o deslocamento total das atribuições do Governo Federal para os Estados e Municípios.
- B) distribuição das funções a serem desempenhadas por cada nível de governo, ao transferir para os municípios a responsabilidade pela gestão dos sistemas locais.
- C) execução orçamentária distributiva, que garante a transparência na utilização dos recursos pela União, Estados e Municípios.
- D) centralização dos processos decisórios, possibilitando a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos.
- E) eficiência na gestão da política de saúde, garantindo a sua universalidade na prestação dos serviços assistenciais.

42. De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social – Lei nº 8.662/93 –, o profissional desempenha algumas atribuições privativas no exercício profissional. Dentre essas atribuições, podemos destacar:

- A) planejar, executar e avaliar pesquisas que contribuam para as transformações societárias.
- B) elaborar, implementar, executar e avaliar as políticas sociais destinadas aos usuários carentes.
- C) dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas.
- D) planejar, organizar e administrar os programas governamentais para a redução da pobreza.
- E) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de distribuição de benefícios e serviços sociais.

43. Segundo a análise de Montañó (2007), as “parcerias” entre o Estado e as ONGs não têm uma função compensatória. Para o autor, a função seria de:

- A) demonstrar a eficiência da sociedade civil no planejamento, execução e avaliação das políticas sociais.
- B) implementar, com transparência orçamentária, a política nacional de seguridade social nos Estados e Municípios.
- C) diagnosticar as principais demandas da população, particularmente, no campo da saúde, assistência e previdência social.
- D) encobrir e de gerar a aceitação da população a um processo que tem como estratégia atual a reestruturação do capital.
- E) demonstrar a rigidez do controle estatal na execução das políticas sociais.

44. Na elaboração de um projeto de pesquisa, a justificativa do projeto tem a função de:

- A) indicar a relevância da pesquisa a ser realizada.
- B) demonstrar os resultados pretendidos pelo pesquisador.
- C) conhecer as fases exploratórias da pesquisa a ser desenvolvida.
- D) definir as técnicas a serem utilizadas na coleta de dados.
- E) organizar os dados coletados pelo pesquisador.

45. De acordo com a análise de Raichelis (1998), apesar dos desafios, dificuldade e morosidade que estiveram presentes na instalação do Conselho Nacional de Assistência Social, a conquista deste espaço representou a:

- A) consolidação do processo de centralização das políticas sociais pelo Governo Federal.
- B) garantia de qualidade na prestação de serviços assistenciais.
- C) normatização da assistência estatal junto aos Estados e Municípios.
- D) concretização de um dos principais mecanismos democratizadores proposto pela LOAS.
- E) fiscalização mais efetiva dos gastos pelas entidades inscritas nos Conselhos de Direitos.

46. Segundo a análise de Casanova apud Gentili (Org.) (2000), o discurso da globalidade obedece a fatos objetivos e universais. Ele vai expressar, entre outros elementos, um(a):

- A) forma de gerência empresarial do capital transacional.
- B) crescente interdependência das economias nacionais.
- C) ascensão do controle estatal das políticas de seguridade social.
- D) novo paradigma da filantropia estatal no trato da pobreza.
- E) afirmação das correntes liberais e anti-imperialistas.

47. O Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor estabelece algumas infrações disciplinares. Dentre elas, podemos destacar:

- A) participar de movimentos que questionem a autonomia institucional.
- B) participar de instituição que, tendo por objeto o serviço social, não esteja inscrita no Conselho Regional.
- C) exercer a profissão de modo a ampliar os direitos dos usuários no acesso aos benefícios sociais.
- D) apresentar declaração que favoreça a empregabilidade em uma instituição pública ou privada.
- E) pagar regularmente as anuidades devidas ao Conselho Regional de Serviço Social.

48. Segundo a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social – Lei nº 8.662/93 –, os Conselhos Regionais de Serviço Social têm algumas atribuições. Dentre elas, destaca-se:

- A) assessorar o CFESS sempre que necessário.
- B) funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.
- C) fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região.
- D) implementar, na respectiva região, a Política Nacional de Assistência Social.
- E) elaborar o regimento nacional e normativo do exercício profissional.

49. Em dezembro de 2010, na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, uma pessoa, identificando-se como assistente social de um programa governamental, sequestrou uma criança de sete meses. Posteriormente, esta criança foi recuperada e a pessoa responsável presa pela polícia. De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor – e tendo como referência este caso particular – constitui-se em uma das responsabilidades gerais do profissional:

- A) participar de programas de assistência social em áreas da periferia das capitais.
- B) utilizar seu registro no Conselho Regional no exercício da profissão, como forma de identificação.
- C) avaliar a possibilidade de atuação junto a famílias que pleiteiam ajuda governamental.
- D) abster-se, no exercício profissional, de práticas que caracterizem a filantropia e a caridade.
- E) aprimorar o seu conhecimento através de cursos, seminários e programas de pós-graduação.

50. A partir dos anos 80, a discussão sobre a seguridade social brasileira, em especial sobre a previdência social, expõe uma relação contraditória. Esta relação contraditória se expressa na:

- A) necessidade da ampliação e universalização dos benefícios e a política recessiva, que impõe cortes nos gastos públicos.
- B) expansão das entidades filantrópicas e surgimento das organizações não governamentais.
- C) maior organização dos trabalhadores e aumento da repressão sobre os sindicatos por parte do Estado.
- D) iniciativa dos movimentos sociais em reivindicar novos benefícios das organizações governamentais.
- E) forma de descentralização das políticas sociais e o empobrecimento dos Estados e Municípios.